



# **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural**

Jorge Luiz Amaral de Moraes<sup>1</sup>  
Sérgio Schneider<sup>2</sup>

## **Resumo**

O principal objetivo deste estudo foi analisar as contribuições da abordagem dos *Sistemas Produtivos Localizados Rurais* para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais. As variáveis-chaves utilizadas na análise fatorial e na tipologia dos *SPLs Rurais* são os mercados de trabalho locais e a produção agropecuária. O *Quociente Locacional (QL)* serviu para medir a especialização dos territórios, indicar as estruturas econômicas e as potencialidades dos territórios rurais. Identificaram-se diferentes realidades estruturais e processos sócio-econômicos, institucionais, históricos e culturais dos territórios, que se reproduzem através de diversos tipos de *SPLs Rurais*, na forma de *Distritos Rurais* (Agropastoris, Agroindustriais, Agrícolas e mistos). Sugere-se a utilidade da abordagem para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios rurais, numa perspectiva multidisciplinar, que se articula bem com os pressupostos teóricos das perspectivas territoriais e institucionais do

---

Recebimento: 28/7/2009 • Aceite: 28/12/2009

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural. Universidade de Santa Cruz do Sul. End: Avenida Independência, 2293, Santa Cruz do Sul - RS, Brasil. E-mail: jmorales12@gmail.com>

<sup>2</sup> Sociólogo, Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. E-mail: schneide@ufrgs.br

desenvolvimento e pode ser útil para ações e políticas democráticas de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Sistemas Produtivos Locais; SPLs; territórios rurais; desenvolvimento territorial rural; SPLs Rurais.

## **Territorial perspective and boarding of the rural located: new references for the study of the rural development**

### **Abstract**

The main objective of this study was to analyze the contributions of the boarding of the *Rural Located Productive Systems* (SPLs) for the study of the social and economic dynamic of development of the rural territories. The changeable keys used in the factorial analysis and the typology of the *Rural SPLs* are the local markets of work and the farming production. The *Locational Quotient* (QL) served to measure the specialization of the territories, to indicate the economic structures and the potentialities of the rural territories. They had been identified different structural realities and social, economic, institutional, historical and cultural processes of the territories, that if reproduce through diverse types of *Rural SPLs*, in the form of Rural Districts (“Agropastoris”, “Agroindustrial”, “Agricultural” and mixing). One suggests that the boarding is useful for the study of the dynamic of social e economic development of the rural territories, under a perspective multidiscipline, that it is articulated well with the estimated theoreticians of the territorial and institutional perspectives of the development and can be useful for action and democratic politics of development.

**Keywords:** Located Productive Systems; SPLs; rural territories; rural territorial development; rural SPLs.

## Introdução

Este estudo tem como ponto de partida os efeitos da reestruturação produtiva mundial sobre as dinâmicas sócio-econômicas locais de desenvolvimento dos territórios e a complexidade e a capacidade de respostas dessas dinâmicas a esses efeitos. Mais especificamente, é uma reflexão sobre a realidade dos territórios rurais e suas aglomerações produtivas, particularmente, os *Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) Rurais* existentes nesses territórios. É resultado de uma busca por novas abordagens teóricas que possam explicar a gênese e o funcionamento das atuais dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, assim como, as mudanças nas formas de interpretação das teorias e políticas de desenvolvimento que pretendem explicar os desequilíbrios regionais apenas como reflexo da regulação global e da reorganização da produção globalizada. Espera-se das novas abordagens, contribuições para algumas respostas das questões relacionadas com o desenvolvimento territorial e para que os instrumentos e políticas de produção e desenvolvimento possam estar ajustados ao perfil específico de cada território e às suas potencialidades locais.

Enquanto na Europa a diversidade e as potencialidades locais já são reconhecidas como elementos estratégicos para a competitividade dos territórios, o debate brasileiro em relação ao futuro do desenvolvimento dos territórios rurais ainda é embrionário. Atualmente, esse debate vem acontecendo entre aqueles que defendem a hipótese da perda crescente de importância desses territórios, como um “determinismo estrutural”, e, do outro lado, aqueles que defendem a hipótese de um desenvolvimento “local” ou “endógeno” dos territórios. Enquanto os primeiros acreditam na globalização como o único caminho para o desenvolvimento, os últimos tentam destacar, além dos reflexos dos fatores externos sobre o local, em diferentes graus, a importância dos recursos territoriais e das ações dos atores e das instituições sobre as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios. Por esse motivo, e para melhor compreender as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, é necessário um aprofundamento desse debate, utilizando-se novas abordagens para o estudo dessas dinâmicas.

As informações e o conhecimento sobre as aglomerações produtivas em geral e os resultados de estudos aplicados aos territórios rurais e aos seus SPLs ainda são muito raros no Brasil. Nas diversas escolas de pensamento já existem contribuições para a análise das atuais aglomerações produtivas, mas ainda é preciso avançar na busca

e consolidação de uma abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar para o estudo do desenvolvimento rural e das dinâmicas das aglomerações produtivas locais nos territórios rurais. Por isso, justifica-se a necessidade de um aprofundamento do debate e a proposição de novas abordagens para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas e históricas de desenvolvimento dos territórios rurais. Assim, espera-se que seja possível compreender melhor a complexibilidade dessas dinâmicas e dos processos históricos de regulação e governação dos territórios rurais e das suas aglomerações produtivas.

Buscam-se novas abordagens baseadas em construções teórico-metodológicas que expliquem as dinâmicas sócio-econômicas contemporâneas de desenvolvimento dos territórios rurais, que levem em consideração as formas estruturais e institucionais de regulação e governação existentes e, ao mesmo tempo, possibilitem que mesmas sejam modificadas pela ação dos atores sociais locais. Algumas teorias, não necessariamente novas, vêm servindo de base para essas novas abordagens utilizadas para compreender as trajetórias e dinâmicas sócio-econômicas dos territórios rurais e para propor novos instrumentos e políticas de desenvolvimento, mais ajustados ao perfil de cada território e às suas potencialidades locais. Entre estas, emerge uma perspectiva que pode contribuir para a identificação e caracterização dos diferentes tipos de territórios rurais e de suas aglomerações produtivas, a abordagem dos *Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) Rurais*, temática principal deste estudo.

As principais questões que este estudo aborda são: a existência de subsídios teórico-metodológico e multidisciplinar para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas e históricas do desenvolvimento dos territórios rurais; a origem e a sustentação das atuais dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais; as formas estruturais e institucionais de regulação e governação dos territórios; e, a possibilidade de que essas formas sejam modificadas pela ação dos atores sociais e instituições locais.

Este ensaio tem como objetivo propor, discutir e analisar as contribuições da abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar dos *Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) Rurais*, uma abordagem modificada dos SPLs e adaptada para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Nessa abordagem utilizam-se os pressupostos teóricos das perspectivas territoriais e institucionais do desenvolvimento, articulados com os referenciais teórico-metodológicos da perspectiva original dos

“Sistemas Produtivos Localizados (ou Locais) - SPLs”. Na identificação das diferentes realidades estruturais e dos processos sócio-econômicos, institucionais e culturais dos territórios se leva em consideração a evolução histórica das instituições (organizações, convenções, hábitos, regras, normas e rotinas) que, supostamente, têm ou tiveram alguma relação com a dinâmica de desenvolvimento dos territórios.

O que se espera com isso é a identificação das complexas e diversificadas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Um dos pressupostos principais deste estudo é o de que esses territórios se formam e se reproduzem através de diversos tipos de *Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) Rurais*. Entre outras, estes podem ter as formas de *Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)* e de *Distritos Rurais*. Estes últimos, que incluem os setores agrícola, industrial e de serviços dos territórios, são as formas de *SPLs Rurais* encontradas e descritos na região Vale do Rio Pardo.

O artigo é composto de quatro seções, sendo que na primeira procura-se fazer uma ligação entre a crise do regime de acumulação fordista, a abordagem territorial do desenvolvimento e as origens das definições de SPLs. Na segunda, discute-se a perspectiva territorial do desenvolvimento rural, as definições de territórios rurais e as dinâmicas de desenvolvimento desses territórios. A terceira seção tem o objetivo de apresentar a abordagem dos “SPLs Rurais”, uma adaptação dos SPLs para os territórios rurais na forma de “distritos rurais” e SIALs e propõe-se uma tipologia desses distritos na região VRP. Por fim, analisam-se as contribuições dessas perspectivas teóricas para o estudo do desenvolvimento dos territórios rurais.

### **A perspectiva territorial do desenvolvimento e os sistemas produtivos localizados (SPLs)**

Nesta seção, apresenta-se uma tentativa de vinculação das origens das definições e de um revigoramento dos SPLs com a crise do capitalismo contemporâneo e com a emergência de estudos sobre as dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento, utilizando uma perspectiva territorial do desenvolvimento regional.

Já no início da década de 1970, quando se completou a difusão da matriz produtiva fordista do pós-guerra e começaram a aparecer problemas estruturais de lucratividade no sistema produtivo capitalista, teve início um processo de desestabilização do capitalismo mundial contemporâneo, culminando na atual crise mundial do sistema. Tem sido apontado como causas desse processo: a elevação

dos preços do petróleo, em 1973; a exigência de maior competitividade nos mercados; o baixo nível de investimentos de capital em novas tecnologias; o esgotamento das políticas industriais; o aumento dos custos do bem-estar social; e, a expansão de uma “bolha” de crescimento dentro dos mercados financeiros. Os dois principais conjuntos de interpretações e abordagens sobre as direções da reestruturação produtiva mundial e seus reflexos sobre as formas de desenvolvimento local ainda são as idéias da globalização, por um lado, e o das visões locais e endógenas, por outro.

Na esteira desse debate em torno dos caminhos da reestruturação produtiva capitalista e das mudanças no modo de regulação capitalista, desde o início da década de 1970, intensificaram-se os estudos através das abordagens “locais”, “endógenas” e, mais recentemente, “territoriais” do desenvolvimento. Diversos estudos passaram a dar mais ênfase aos fatores endógenos, à ação dos atores sociais locais, ao papel das instituições e à dimensão territorial nos processos de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1997; BENKO, 2002; BENKO & LIPIETZ, 1994; REIS, 1992, 2004, 2006; VÁZQUEZ-BARQUERO, 2001).

A literatura sobre as novas configurações do capitalismo contemporâneo vem destacando tanto a dimensão global como a local como os dois lados de uma mesma moeda, resultado da crescente importância da ação dos atores e do território na economia. Por um lado, a globalização está relacionada com a expansão da escala de atuação das empresas, ampliando os mercados e a organização da produção. Por outro, o local passa a ser o espaço onde as potencialidades e os recursos são aproveitados, em conjunto com as oportunidades externas, dentro de uma estratégia local dos atores sociais, que inclui a organização do território e políticas de desenvolvimento local. As situações temáticas abordadas neste estudo representam uma tentativa de captar essas duas situações dentro do território, enfatizando, além das determinantes globais, os fatores endógenos, as formas de agir dos atores sociais locais, as estruturas institucionais e a dimensão territorial nos processos de desenvolvimento.

Por isso, argumenta-se por uma saída alternativa territorial que represente uma situação onde as relações entre o capitalismo global e as dinâmicas locais de desenvolvimento possam ser mediadas pelas suas estruturas internas de regulação e governação. Essas mediações geram diversificadas dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento,

que podem aproveitar ou desperdiçar, tanto as diferentes potencialidades locais dos territórios como oportunidades externas.

Nesse novo contexto, os Sistemas Produtivos Locais (SPLs) e, especificamente no caso dos territórios rurais, os “SPLs Rurais” (SIALs e “Distritos Rurais”) aparecem como a representação dos instrumentos de regulação e governação das dinâmicas territoriais contemporâneas. Quando esses territórios e seus atores locais tentam responder aos efeitos da globalização passam a fazer parte, de forma mais ativa, da trajetória da reestruturação do sistema produtivo global, através de modificações, adaptações e da formação de novos sistemas produtivos locais.

Os dois principais objetivos desta primeira seção é tentar encontrar um fio condutor que vai da crise do regime de acumulação até as novas formas territoriais e institucionais locais de produção (SPLs). Além disso, utilizando-se uma perspectiva territorial, verificar de que forma se apresentam as novas relações entre a regulação global e as dinâmicas locais de desenvolvimento dentro desses SPLs.

## **A Perspectiva Territorial do Desenvolvimento**

Nas duas décadas imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tecnológico e as economias de escala provocavam uma crescente valorização do espaço, induzindo ao uso pleno e racional dos territórios nacionais (BECKER, 1986). Porém, nesse período, a noção de espaço ainda era mais valorizada do que a de território e o Estado era a única fonte de poder e de mediação entre os interesses internacionais e o espaço nacional. O Estado era, e continua sendo em muitos países, o aparelho político governamental responsável pelo controle da produção e do uso do território nacional. Mas, a partir da década de 1970, o espaço passou a ter um novo papel, o de potência social e política. Com isso, cresceu a importância da instância política e verificou-se que o aparelho governamental não é mais o único instrumento de poder. Então, o Estado aparece como aparelho político global e não apenas como governo. Assim, o espaço muda a sua configuração e recupera-se a noção de território, que na sua definição incorpora as relações multidimensionais de poder, deixa de ser apenas produto reflexo da sociedade e passa a ser o local onde acontece a reprodução social, que constitui a realidade social e a dimensão material das relações sociais.

As novas abordagens da geografia econômica e da sociologia econômica, em termos do significado de território, têm uma perspectiva muito dinâmica, o que parece relevante, já que os sistemas

estão em constante evolução, embora em graus e tempos bastante diferenciados. O território é resultante da relação da sociedade com o espaço, quando neste se incorpora a sociedade com suas relações econômicas e de produção. Para que se tenha um território é necessário que a sociedade ou grupos sociais se apropriem do espaço físico, ampliem e utilizem as inovações tecnológicas e que exista um sentimento de pertencimento ou a identificação da sociedade com o seu território.

De acordo com Schneider & Tartaruga (2005), para se utilizar o território na perspectiva do desenvolvimento é necessário estabelecer a diferença entre o seu significado conceitual ou analítico e o seu significado instrumental ou prático. No primeiro, é necessário que se estabeleçam referências teóricas e epistemológicas e posterior experimentação empírica e reconstrução da sua forma abstrata e analítica. No segundo, não é preciso estabelecer as mesmas prerrogativas, podendo-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial, quando se refere aos processos ou contextos de um determinado espaço demarcado por diferentes atributos. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe, ao mesmo tempo, a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes, portanto com objetivos instrumentais e práticos (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005).

Os mesmos autores argumentam que há duas razões para se compreender porque as abordagens territoriais tornaram-se uma referência para a interpretação de processos e uma ferramenta para a intervenção, estimulando o interesse pelos enfoques e abordagens territoriais. A primeira razão está relacionada ao atual contexto de crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, que teria desenvolvido, em resposta a essa crise, um novo regime de acumulação denominado de “acumulação flexível”. A segunda razão do interesse pela abordagem territorial é a que relaciona esta perspectiva com os aspectos políticos e institucionais derivados da crise do Estado e da redução do seu poder de regulação. Esta crise do Estado está relacionada à sua incapacidade crescente de regulação e interferência na economia privada, decorrente principalmente do atual processo de globalização dos fluxos financeiros e produtivos e da economia de mercado.

Neste estudo, entende-se que a dinâmica territorial e institucional associa o território aos atributos da diferenciação e da aglomeração (ou densidades), os quais, de acordo com Reis (2006), justificam a existência do território. Essa dinâmica está relacionada



com lógicas de proximidade, às quais dão origem às aglomerações, que servem de base para as estruturas institucionais. Além disso, o desenvolvimento territorial depende da capacidade de cada território para mesclar e aproveitar, ao mesmo tempo, as suas potencialidades locais e as oportunidades externas. Para que o território possa ser utilizado como recurso do desenvolvimento, o mesmo autor afirma que é necessária a “identificação das aglomerações locais” para que se possa conhecer o território e usar as suas potencialidades.

O uso do conceito de território pode ser um importante instrumento para estabelecer os limites das vantagens potenciais resultantes do desenvolvimento desse território, tanto físicos como simbólicos. No final do século XX, em vários países, as perspectivas territorialistas começaram a ter destaque na economia em função da importância da variável espaço na busca de equidade sócio-econômica e na avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas. Ao mesmo tempo, a escola regulacionista adaptou a sua teoria dos movimentos de longa duração e da lógica da criação e da inovação à nova realidade do desenvolvimento histórico e cultural dos territórios.

Reis (2006) afirma que a relação entre o global e o local, que o autor chama de “mobilidades” e “territorializações”, é uma *tensão* que se assemelha muito com a idéia de “duplo movimento” de Polanyi (2000) e gera processos de transformações globais nos sistemas. Para Reis, a idéia de *reprodução* de determinantes da globalização não é útil para configurar uma noção de território, porque a origem dos territórios não é apenas uma questão de diferenciação de escalas de Estado, mercado, capitalismo ou globalização. A evolução das relações nas sociedades contemporâneas favorece os conceitos e definições que enfatizam a relação dialética entre o local e o global. As relações sociais locais são conseqüências também das ações dos atores globais, com estas ações se concretizando no âmbito local. Ou seja, o global não existe sem o local e este se caracteriza pelas relações sociais estruturadas pelas relações sociais globais. Como há a necessidade de se buscar um equilíbrio entre o global e o local, o foco não deve ser apenas no local, mas também nas relações e interações entre os diferentes territórios e com o exterior. Nesse caso, o local reage e responde aos estímulos provocados pelas ações dos atores globais. Esta é, portanto, uma das principais interpretações da perspectiva do desenvolvimento territorial rural, utilizada neste estudo.

O território é o ponto de encontro entre as formas de mercado, os modos de regulação social e entre os atores do

desenvolvimento. Sob o ponto de vista empresarial, o território tem um papel importante nas novas atividades e tecnologias e é o lugar onde se organizam as formas de cooperação entre empresas e onde se decide a divisão social do trabalho. Como a dinâmica territorial aparece em diferentes escalas, desde um subsistema, como uma unidade familiar de trabalho e produção (UFTP), até interações com territórios mais amplos, como sistemas globais que abrangem muitas formações territoriais menores. Por esse motivo, nos estudos sobre desenvolvimento territorial é importante a interpretação do território como um ambiente local que sofre influência de variáveis internas (participação dos atores locais, causas e efeitos ambientais, sócio-ambientais e culturais) e interage com os sistemas territoriais de maior escala ou globais.

Visto desse prisma, o território é a arena de disputa ou de competição entre o local e o global, onde a regulação e a governação são realizadas pelos atores e instituições que têm o poder de dominação sobre o mesmo. Por um lado, no local, tem destaque a importância dada à sociedade, à natureza, à reciprocidade e à economia “solidária” e, por outro, no global, é determinante a economia de mercado.

### **Da Crise do Regime de Acumulação Fordista ao Capitalismo Flexível e aos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)**

De acordo com os pressupostos da teoria regulacionista, a instabilidade do sistema capitalista se explica porque este é dividido em períodos específicos de estabilidade sócio-econômica seguidos de períodos de crise. As contradições inerentes ao sistema capitalista não permitem que se tenham períodos contínuos de estabilidade e crescimento, pois o capitalismo gera crises que requerem uma reestruturação e o estabelecimento de novos mecanismos de estabilidade.

A interpretação da escola regulacionista para o atual processo é a de que a expansão do *regime de acumulação* fordista perdeu velocidade e, com isso, a rigidez do sistema fez diminuir a sua eficácia e aumentou as incertezas com relação ao futuro das economias capitalistas, iniciando um período denominado de “pós-fordismo” ou de “neo-fordismo”. Ao conjunto de normas e instituições que dão suporte a esse regime de acumulação denomina-se *modo de regulação*. Os mecanismos reguladores ou o *modo de regulação* são as formas institucionais, as redes, as normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade dos comportamentos dentro de um

*regime de acumulação*, considerando as relações sociais e os seus conflitos (LIPIETZ, 1991). A evolução do *regime de acumulação* acontece através de “formas de regulação”, os procedimentos sociais que garantem as modificações das normas de produção e consumo de um *regime de acumulação* e de “formas institucionais”, que concretizam ou operacionalizam as formas de regulação (LIPIETZ, 1991). É possível afirmar que estas “formas de regulação” induzem os agentes econômicos a se relacionarem através das “formas institucionais”. Estas são codificações das relações sociais fundamentais, que estão em constante evolução e permitem uma melhor compreensão das regularidades de um determinado período histórico ou de um território (BOYER, 1995).

Outras vertentes teóricas que interpretam as mudanças do capitalismo contemporâneo divergem da interpretação dos regulacionistas. Algumas em relação às causas da crise, como a dos “neo-schumpeterianos”, e outras com relação aos desdobramentos atuais e futuros desse processo de mudança, ficando mais próximos de um “neo-fordismo”, o que seria apenas uma adaptação do capitalismo a uma nova situação, denominada de “globalização”. Para estes, entre os quais se incluem os defensores de um neo-liberalismo, nas sucessivas etapas do desenvolvimento capitalista, a globalização é apenas mais uma etapa que está sendo percorrida neste início de século.

No entanto, as mudanças nos processos produtivos globais e a diversidade de situações nos territórios vêm provocando revisões nas teorias e gerando a necessidade de novas políticas de desenvolvimento. Com os desequilíbrios regionais-locais, intensificados pela reorganização da produção globalizada, cresceu a importância da produção flexível, da inovação e das vantagens competitivas. Então, uma das estratégias de “saída” do fordismo seria a experimentação flexível do trabalho, para resolver a baixa “produtividade da coerção direta” e aprofundar as relações capitalistas, dando início a uma nova configuração internacional da divisão do trabalho, com novos setores de acumulação, transferências de empresas para regiões periféricas ou semi-periféricas, com níveis salariais mais baixos e crescente aumento do número de pequenas empresas, onde o “processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção” (BENKO, 2002, p. 32). Referindo-se freqüentemente ao caso da “Terceira Itália”, os autores regulacionistas afirmam que, com a crise do regime de acumulação fordista, emergiu um novo regime de acumulação, um sistema de especialização produtiva mais flexível.

As mudanças verificadas nas economias capitalistas a partir do início dos anos 1970, provocados pelo esgotamento do modelo fordista de acumulação e crescimento, também provocaram reações dos governos para amenizar as conseqüências negativas desse esgotamento. Estes passaram a utilizar os instrumentos do Estado para atuar na organização da produção e na regulação da economia. Em termos de organização produtiva, um desses instrumentos é a reformulação dos padrões tradicionais de localização das empresas através da descentralização, resultando na formação dos Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs).

Assim, as dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios são apresentadas sob a forma de Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), quando analisadas do ponto de vista produtivo e internalizando as ações humanas de reciprocidade, cooperação e concorrência (PECQUEUR, 1992). Dessa forma, então, os SPLs passam a representar os mecanismos estruturais de mediação entre os efeitos do capitalismo global e as dinâmicas locais de desenvolvimento dos territórios. Essas mediações geram diferentes dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento, que aproveitam (em diferentes graus e escalas) as oportunidades externas disponibilizadas e, ao mesmo tempo, as potencialidades locais dos territórios.

Sob este ponto de vista, a especialização flexível e a industrialização difusa, como acontecem nos SPLs, resultantes da crise do capitalismo fordista, vêm sendo apresentadas também como soluções desejáveis para as crises sócio-econômicas atuais. A razão para isto é que combina a emergência de novas tecnologias com o aumento da qualidade da produção a partir das estratégias empresariais, fazendo surgir a noção de industrialização difusa. Esta se diferencia da industrialização fordista porque não depende diretamente da concentração urbana das indústrias, de um excedente de trabalhadores no setor industrial – obtido através de um acelerado processo de migração – e de grandes unidades produtivas.

Com a crise do modelo fordista, a emergência de um novo sistema de regulação social e a flexibilização geral do capitalismo, novas empresas de pequeno porte puderam garantir a diversificação da produção e a flexibilização das organizações e das relações de trabalho. Essa transformação alterou profundamente a estrutura sócio-econômica e cultural dos territórios rurais, com estes deixando de serem exclusivamente agrícola – o “rural-agrícola” - para se tornarem um conjunto fragmentado, diversificado e heterogêneo de territórios, formando uma complexa articulação de sistemas territoriais.

## Desenvolvimento dos territórios rurais

Nos atuais territórios rurais a agricultura deixa de ser central na economia do território e as atividades produtivas agrícolas, industriais e de serviços passam a co-existir internamente. Como resposta ao declínio da sua importância relativa, a agricultura modernizada fordista vai se tornando multifuncional. Com isso, o *território rural* começa a ser caracterizado pela diferenciação produtiva e por um processo de integração territorial dos setores, com uma interrupção do fluxo migratório em direção aos centros urbanos (BASILE & CECCHI, 2001).

As oportunidades externas estão, principalmente, nas possibilidades de acesso aos mercados agrícolas nacionais e internacionais. Desde o início da década de 1970, os territórios rurais do sul do Brasil, onde a estrutura agrária é marcada pela agricultura familiar, vêm caminhando para uma crescente articulação e, em alguns casos até uma integração sócio-econômica, com o setor agroalimentar global, por intermédio de cadeias globais de produção e consumo. Essa articulação e/ou integração tem sido o caminho seguido por alguns territórios, como respostas locais às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global, à modernização tecnológica dos processos produtivos agroindustriais e ao maior acesso das famílias rurais aos diversos mercados (trabalho, bens e serviços e fatores produtivos).

Esta seção apresenta inicialmente algumas definições de *território rural* e algumas considerações sobre o futuro desses territórios rurais, muitos dos quais ainda nem passaram pelo fordismo. O futuro ainda é bastante incerto, mas quase todos os teóricos apontam para uma das duas grandes direções prováveis, um “neo-fordismo” ou um “pós-fordismo” nesses territórios. Por isso nas duas próximas sub-seções são descritas estas duas direções teóricas.

## Os Territórios Rurais

A definição de território rural supera a dicotomia rural-urbano ao incorporar tanto as cidades com seu entorno, como todas as suas áreas rurais e agrícolas. Isso faz com que aumente o interesse por novas abordagens e modelos de interpretação dos sistemas econômicos regionais baseados em processos de produção industrial difusa, que ultrapassam a dicotomia rural-urbano e incorporam componentes e influências rurais. Essas abordagens e modelos podem incorporar tanto

as formas de uso de tecnologias e recursos ambientais como também de aproveitamento da força de trabalho familiar rural.

Os aspectos relacionados às potencialidades locais dos territórios rurais se verificam na presença do “saber-fazer” dos agricultores familiares, na organização sócio-econômica, institucional e histórica e nos recursos ambientais, humanos e culturais. Da mesma forma que é feito em relação à abordagem do desenvolvimento dos territórios em geral, também podem ser consideradas as possibilidade de um referencial teórico-metodológico que possa ser útil para a interpretação do desenvolvimento dos territórios rurais. Além disso, também podem contribuir para estabelecer adequados instrumentos de políticas e formas de atuação pública nesses territórios rurais.

Os territórios rurais se sustentam economicamente através de atividades de produção agropecuárias, nem sempre voltadas para produtos de melhor qualidade e/ou de maior valor agregado, ao lado de atividades industriais e de serviços de pequeno e médio porte. Enfim, o desenvolvimento desses territórios depende tanto das dinâmicas externas, na maioria das vezes determinadas pelo processo de globalização, através dos mercados agrícolas ou agroindustriais, como também da capacidade dos seus agentes locais atraírem fluxos de recursos (capital para investimento produtivo, turistas ou trabalhadores capacitados) e dos seus “capitais territoriais”: ambiental, cultural, social, institucional e conhecimento humano, (BELLETTI et al, 2006).

Enquanto no “rural-agrícola” a sociedade se organiza em torno dos interesses da agricultura, no território rural a sociedade se mostra mais heterogênea e os interesses ficam mais diversificados e conflituosos. O território rural é o reflexo, por um lado, da ruralidade, sob o ponto de vista da qualidade ambiental, da tranqüilidade, dos valores locais e da valorização das comunidades rurais, e, por outro, das dinâmicas sócio-econômicas e culturais e das particularidades institucionais e geográficas de cada território rural. Dessa forma, passa-se do setorial para o territorial quando se quer analisar as diversidades sócio-econômicas e as variações das dinâmicas de desenvolvimento. Ou seja, são os territórios, e não mais os setores, que passam a serem os elementos principais de diferenciação sócio-econômica.

## Transição para um “Neo-Fordismo”?

Embora a teoria da regulação seja consistente na explicação da crise, do fim do fordismo e das mudanças do capitalismo global, de grande importância para o estudo da reestruturação produtiva mundial, ela tem algumas dificuldades teóricas para abordar a agricultura e a produção de alimentos. Isto porque o conceito de “relação salarial” da teoria da regulação perde muito do seu sentido na agricultura, devido à grande predominância do trabalho familiar, muito comum no sul do Brasil. As duas principais dificuldades dessa abordagem, quando aplicada à produção familiar, é a articulação da aplicação setorial da teoria com a regulação global e a aplicabilidade ou adaptação dos conceitos-chaves da teoria da regulação em atividades onde predomina o trabalho familiar (BOYER, 1995).

Entre os autores da Sociologia da Agricultura e da Alimentação que discutem o futuro do setor Agroalimentar e a possibilidade de haver uma transição do fordismo para um “neo-fordismo” global, Bonanno (1999) cita William H. Friedland, como autor de uma alternativa crítica importante aos pressupostos das teorias regulacionistas e ao fim do fordismo. Friedland se opõe à visão dos regulacionistas, argumentando que estes cometem dois erros fundamentais: equivocam-se em relação ao fim do fordismo e enfatizam demais a extensão da difusão da produção artesanal flexível. Ele cita o exemplo da produção de frutas e vegetais *in natura* na Holanda, onde a presença de pequenas unidades familiares de produção e a descentralização de um amplo sistema de integração vertical não representa o fim da “produção em massa” e a emergência de um sistema manufatureiro baseado na forma artesanal. Segundo ele, isto indica o desenvolvimento de um sistema de produção em massa bem mais sofisticado (um “neo-fordismo”) e que está ancorado nas pequenas unidades familiares de produção. Estas pequenas unidades não podem ser consideradas independentes, porque são controladas pelas grandes corporações transnacionais, que empregaram esquemas técnicos e legais para fragmentar o poder de barganha das unidades de produção. Este parece ser um caso semelhante ao que acontece na produção de tabaco no sul do Brasil.

Na perspectiva de Friedland, uma convicção bastante determinista, a descentralização da produção é um fenômeno complexo que se relaciona com um sistema de controle dessa descentralização da produção e com o fato de a produção individualizada ser altamente padronizada. O resultado dessa situação é uma produção em massa de mercadorias especializadas, com a produção artesanal sendo realizada

em pequenas unidades, ao mesmo tempo em que é padronizado por um complexo sistema de inspeção, baseado em requisitos explicitamente detalhados. Os produtores atendem a esses requisitos quando geram produtos que são homogêneos para os diversos tipos de mercadorias, sendo uma produção individualizada que é gerada em massa.

Para Friedland, a formação de nichos de mercado é o tópico principal para se entender a produção em massa individualizada, pois este fenômeno é a fragmentação de um mercado de massa-padrão em uma variedade de mercados com produtos especializados. Isso responde à crise nos mercados homogêneos de massa, pois introduz um sortimento de produtos necessários para o atendimento das novas demandas dos consumidores globais. Na essência, apesar da aparente independência dos produtores, o processo de trabalho e os produtos mantêm seu caráter fordista e continuam totalmente controlados por aqueles setores que estão “acima” dos produtores. A teoria dos nichos de mercado permitiu a Friedland rejeitar as teses do fim do fordismo e a transição para um pós-fordismo.

Porém, emerge uma nova perspectiva sobre o mundo rural apoiada em argumentos que abrem a possibilidade de o *território rural* oferecer alternativas de emprego e renda e algumas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população e que será apresentada a seguir.

## **Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais**

No debate brasileiro em torno do desenvolvimento rural já se identifica uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para compreender o papel do rural no desenvolvimento regional do país. Uma nova perspectiva de estudo vem substituindo a visão tradicional, que se apoiava na dicotomia rural-urbana e confundia rural com agrícola, por uma visão sobre o mundo rural que se apóia na possibilidade de o “território rural” incluir também as pequenas cidades do “interior” e oferecer novas alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Espera-se que, assim, os *territórios rurais* possam utilizar o potencial local, aproveitar as suas características históricas e culturais particulares e estar integrados sócio-economicamente com o seu entorno ou com o exterior, levando a uma nova ruralidade e contribuindo para o desenvolvimento desses territórios. Nesse novo contexto, é possível afirmar que os *Sistemas Produtivos Localizados Rurais* ou *SPLs-Rurais*, na forma de distritos rurais ou de SIALs, emergem como uma representação das dinâmicas sócio-econômicas de



desenvolvimento dos territórios rurais e como mecanismos coordenação (regulação e/ou governação).

Embora as definições do que seja exatamente *desenvolvimento rural* tenham variado ao longo do tempo, todas as propostas conceituais destacam a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final do desenvolvimento rural. O conceito de desenvolvimento rural alterou-se ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento macroeconômico e a vida social, gradualmente, impõem às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001). Segundo este mesmo autor, a expressão *desenvolvimento rural* é uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente ou território rural. Por isso, os diferentes níveis de governo sempre estiveram presentes em todas as propostas de desenvolvimento rural, como seu agente principal na elaboração de ações para implantar uma estratégia futura de desenvolvimento rural ou visando alterar realidades do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos.

Neste estudo, além de sua abrangência empírica territorial, entende-se *desenvolvimento rural* como sendo também um campo multidisciplinar de produção de conhecimento, muitas vezes, divergentes entre si (NAVARRO, 2001). Um exemplo disso é a quebra da fronteira setorial associada à noção de desenvolvimento rural que tratava como sinônimos o agrícola e o rural.

Desde os anos noventa, o próprio significado do que é realmente rural tem sido objeto de debate entre os pesquisadores e, em consequência disso, os seus conceitos tradicionais vêm sendo repensados. O que já é fruto desse debate é o abandono da identificação do rural como meramente agrícola e a pouca utilidade da dicotomia rural-urbano para as análises do desenvolvimento. Assim, então, é possível passar a considerar o desenvolvimento rural como um processo de mudança social com o objetivo de promover ações locais e endógenas articuladas nesses territórios. Dessa forma, o território passa a ser interpretado como uma nova unidade de referência e mediação para as ações e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Com mais destaque neste século, começaram a surgir estudos baseados na perspectiva territorial do desenvolvimento rural, na qual o *local* e o *endógeno* são características integrantes. Neste ponto, é referência obrigatória o texto de Schejtman & Berdegué (2003), onde estes descrevem, de forma sistemática, a evolução do enfoque territorial e os conceitos e critérios operativos da abordagem centrada

no desenvolvimento territorial rural (DTR). Esses autores definem DTR como um processo de transformação produtiva e institucional em um determinado espaço rural com a finalidade de reduzir a pobreza local. Além desta permanente preocupação com a pobreza rural, reforçam o propósito de a produção se articular, de forma competitiva e sustentável, com a economia interna do território e com mercados externos dinâmicos. E ainda, segundo eles, o desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a interação e a articulação dos atores locais, entre si e com os agentes externos relevantes.

Mas pensando na operacionalização do desenvolvimento rural dos territórios com a necessária consideração da participação social e das dinâmicas sócio-econômicas de reprodução da agricultura familiar, Schneider & Tartaruga (2005) levantaram a questão da utilidade e da adequação da abordagem territorial para o estudo dos processos sociais contemporâneos. Na tentativa de responder a esta questão, os autores defendem a possibilidade de se recorrer ao território como conceito e aproveitar a abordagem territorial para realizar uma análise de processos de mudança social. Assim, seria possível um diálogo entre os conceitos analíticos da geografia econômica e o significado prático e instrumental das abordagens territoriais.

Quando os territórios são rurais, com os seus principais sistemas produtivos também sendo caracterizados predominantemente como rurais ou tendo uma origem rural ou agrícola – esses SPLs podem ser denominados de “SPLs Rurais”. Estes tomam diferentes formas e denominações, tais como SIALs ou Distritos Rurais (“Agropastoris”, “Agrícolas”, “Agroindustriais” e outros), de acordo com as suas tendências setoriais, algumas vezes parecendo híbridas quando não explicitamente integradas, que associam características de outros setores (industrial e de serviços) com características destes. A seguir, procura-se demonstrar e detalhar essas formas teóricas e empíricas específicas de *Sistemas Produtivos Locais (SPLs) Rurais* mais comuns no Rio Grande do Sul e presentes na região Vale do Rio Pardo.

## **A abordagem dos sistemas produtivos locais (SPLs) rurais**

Com o objetivo principal de definir o campo conceitual dos *SPLs Rurais*, nesta seção, parte-se da noção marshalliana de “distrito industrial” para se chegar ao conceito de dois tipos de *Sistemas Produtivos Locais ou Localizados (SPLs) Rurais*: os *Distritos Rurais* e os *Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)*. Enquanto os primeiros são mais facilmente encontrados na região Vale do Rio

Pardo, os últimos são difíceis de serem detectados empiricamente com todas as suas características conceituais na região.

Segundo Pecqueur (2004), a abordagem territorial do desenvolvimento carrega a noção de “proximidade” geográfica e institucional que justificar a ação pública local e explica a coordenação feita por atores, como Estado, mercado e outras instituições sociais. Assim, os territórios podem ser representados pelos seus SPLs, quando os atores e as instituições territoriais gerenciam os recursos e a produção e executam ações de regulação e governação do território. Então, os SPLs incorporam os mecanismos de regulação e governação territorial, que geram as dinâmicas sócio-econômicas internas de desenvolvimento dos territórios.

Como poderão ser utilizadas na descrição da complexidade das regiões do Rio Grande do Sul, discute-se nos dois próximos subitens, algumas características das noções de distrito rural e o seu potencial de uso e, em seguida, apresentam-se algumas definições de SIALs.

### **Os Distritos “Rurais”, “Agrícolas” e “Agroindustriais”**

Na década de 1970, alguns economistas italianos, com base na noção marshalliana de distrito industrial, iniciaram um debate sobre a importância da competitividade das empresas e dos processos de inovação, tendo como referência os conceitos de “redes”, “meios inovadores” e “efeitos de proximidade”. Então, através do conceito de “distrito industrial” foi possível caracterizar as concentrações de pequenas empresas, onde as relações de proximidade e os efeitos derivados dessas relações serviam para promover o desenvolvimento local. Becattini (1994) foi o primeiro a relacionar os sistemas produtivos locais e território ao conceito marshalliano de distrito industrial.

A mudança de foco das estruturas nacionais para as redes heterogêneas foi seguida pela “territorialização” do espaço rural. Como consequência, alguns economistas agrícolas italianos começaram a transferir a base conceitual do “distrito industrial” para a formação dos conceitos de “distrito agrícola” e “distrito agroindustrial” (BRUNORI; ROSSI, 2007). Segundo estes autores, foram desenvolvidas diferentes formas de análise para superar os limites dos conceitos de “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola” e para explicar a relevância dos sistemas econômicos territoriais dentro do sistema agro-industrial italiano.

As duas principais razões que contribuíram para isso foram: a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de interpretar a

nova economia e a nova sociedade rural emergente do processo de reestruturação que afetou o rural desde a década de 1970; e, mais por uma razão normativa, a necessidade de novos conceitos e um novo modelo de desenvolvimento rural, coerente com as transformações ocorridas nas áreas rurais. Os termos “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola” surgiram na década de 1990, na literatura sobre a economia agrícola italiana, como uma adaptação do conceito de “distrito industrial” criado por Becattini (1994).

A noção de "distrito rural" foi introduzida na literatura sobre desenvolvimento territorial nos primeiros anos deste século (CECCHI, 2001; BELLETTI et al, 2006). Esta tem uma história muito curta e não tem uma derivação facilmente identificável com o conceito de distrito industrial, mas apresenta um grande potencial para ser utilizado como ferramenta para políticas de desenvolvimento dos territórios rurais, por apresentar um caráter mais normativo do que analítico. A noção de distrito rural é derivada de análises do processo de desenvolvimento que transformou a estrutura sócio-econômica do interior. Na Itália, as principais características desse processo são as imigrações urbano-rurais, a descentralização industrial, o declínio da importância agrícola em termos econômicos e de ocupação, a “multifuncionalidade” da agricultura, a crescente importância do setor de serviços na geração de empregos e as mudanças nas formas de consumo (BERTI, 2005).

Os conceitos de “distrito agrícola” e “distrito agroindustrial”, que tiveram origem no conceito de “distrito industrial” de Becattini (1994), foram formulados para descrever os modelos organizacionais econômicos, típicos do sistema agroalimentar italiano, baseado em clusters de PMEs, espacialmente concentrados (CECCHI, 2001; BERTI, 2005). Nos distritos agrícolas ou nos distritos agroindustriais destacam-se os relacionamentos entre a produção agrícola, as empresas industriais e de serviços (fornecedores, processadores e distribuidores) e o ambiente sócio-econômico. Esta é a configuração teórica, muito semelhante aos conceitos e interpretações dos sistemas ou cadeias agroindustriais, “agribusiness” ou agronegócio. Por isso, essa abordagem interpretativa é formada por três fases, o “antes da porteira” ou fornecedores para a agropecuária (ou agricultura), o “dentro da porteira” ou a produção agropecuária, e o “depois da porteira” ou as empresas agroindustriais e as distribuidoras do produto.

A adaptação de “distrito industrial” para “distrito agroindustrial” foi possível porque este guarda algumas características similares ao do “distrito industrial”, tais como, a concentração de

PMEs e a estrutura organizacional muito parecida, a predominância da produção de um produto típico, a concentração e a especialização de empresas, os relacionamentos inter-industriais que facilitam o funcionamento do mercado local e, por fim, os relacionamentos interpessoais que criam uma “atmosfera” favorável para as trocas de conhecimentos. Porém, há uma diferença fundamental entre o “distrito agrícola” e o “distrito agroindustrial”. O primeiro se forma a partir, apenas, do segmento da agropecuária (agricultura) e do segmento fornecedor de insumos, crédito, máquinas e equipamentos para esta. Já o “distrito agroindustrial” se forma a partir destes dois, mas também se inclui os segmentos que vêm “depois da porteira”, ou seja, os segmentos que realizam o processamento do produto agrícola, a agroindústria e indústria de alimentos, e os segmentos que fazem a distribuição desse produto, o atacado e o varejo.

Para Cecchi (2001), o “distrito agrícola” é o interior territorial das aglomerações em que a agricultura é a força que impulsiona as outras atividades do distrito, que só existem por causa da produção agrícola local. As características principais do “distrito agrícola” são similares às do “distrito agroindustrial” com relação ao realce da sua produção agrícola e da sua dependência em relação à indústria processadora. A principal diferença do segundo em relação ao primeiro está no fato de que nos “distritos agroindustriais” a indústria processadora sempre está presente e com um alto percentual de processamento de produtos agrícolas vindos de fora do distrito. A sensibilidade aos problemas do território, a sustentabilidade de um modelo do desenvolvimento baseado em aglomeração de PMEs, o “enraizamento” das empresas na sociedade local e valor dessas raízes sociais para o modelo organizacional da produção estão na interface da economia territorial com a economia agrícola.

De forma semelhante aos tipos anteriores, mais recentemente surgiu a necessidade de se criar a noção de “distrito agropastoril” como uma forma para melhor caracterizar alguns territórios rurais do Rio Grande do Sul, particularmente aqueles localizados na denominada “metade sul” do estado, nos quais a tradição e a produção pecuária tem uma grande importância na sociedade e na economia local (MORAES, 2008).

## **Tipologia dos SPLs Rurais da Região Vale do Rio Pardo (VRP): os Distritos Rurais “Agropastoris”, “Agrícolas”, “Agroindustriais” e “Mistos”**

Nesta subseção apresenta-se uma síntese dos resultados empíricos da aplicação da abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar dos *SPLs Rurais* para o estudo das dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais, através da elaboração de uma tipologia dos SPLs Rurais da Região Vale do Rio Pardo, que foram estruturados e caracterizados como “Distritos Rurais”. Estes são mais facilmente caracterizados e representativos do interior do Rio Grande do Sul, enquanto que os SIALs, em termos de número de pessoas, recursos e espaço ocupados e volume de produção, são ainda relativamente inexpressivos.

Nos estudos das dinâmicas dos territórios rurais do Rio Grande do Sul e dos seus Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), quando se utilizam dados agregados municipais, não se encontram formas de aglomeração com todas as características e/ou definições dos SIALs e que tenham algum destaque sócio-econômico. Porém, podem ser identificados alguns tipos específicos de Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) diversificados, na forma de distritos rurais, ligados às atividades agroalimentares ou agroindustriais e relacionados com um determinado território. Por isso, os SIALs permaneceram ainda como uma meta a ser perseguida pelos territórios e pelos atores locais regionais do Rio Grande do Sul, no processo de busca do desenvolvimento.

As variáveis chaves utilizadas para caracterizar os tipos de SPLs Rurais são relacionadas com os mercados de trabalho locais (agrícolas, não-agrícolas, rurais e urbanos) e com a produção agropecuária. As variáveis relacionadas com os mercados de trabalho nos municípios são representativas da qualidade e da mensuração das relações e da interface entre os mercados e as sociedades locais. As variáveis relacionadas com a produção agropecuária dos municípios refletem as relações do mundo rural com o mercado e de grande parcela das relações entre sociedade, natureza e poder econômico. O Quociente Locacional (QL), medido a partir dos empregos formais dos territórios, é uma das medidas de especialização dos territórios mais utilizada e um indicador das estruturas econômicas e das potencialidades dos SPLs e territórios. O QL “rural”, que utiliza a produção agropecuária no lugar de empregos formais é uma forma capaz de demonstrar parte das potencialidades dos territórios rurais.

Os vinte e dois municípios da região VRP formaram a base para os quatro grupos territoriais e os seus respectivos *SPLs Rurais* predominantes. Estes se formam tanto a partir de um território com quinze municípios com características semelhantes e com forte presença de população rural – como o “Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias” – como um território formado a partir de apenas um município – como o “Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires”. Os resultados da tipologia apresentaram contrastes significativos entre os distritos, como por exemplo, em relação à estrutura agrária, onde o distrito “Agropastoril” tem uma grande extensão de áreas totalmente rurais (as áreas urbanizadas são extremamente reduzidas), uma baixa densidade demográfica rural (3,7 hab./km<sup>2</sup>) e estabelecimentos rurais com área média de 81 ha. Enquanto que, por outro lado, no “Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires” a área média dos estabelecimentos rurais é de apenas 11 ha e a densidade demográfica rural é de 33 hab./km<sup>2</sup>.

As características da economia dos distritos, das origens das rendas ou o valor adicionado em cada setor, contribuíram fortemente para a denominação dos distritos, uma vez que os percentuais de cada setor na formação do PIB dos distritos indicam as suas principais características. Por exemplo, o distrito “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul”, por exemplo, tem mais da metade de sua renda gerada no setor industrial, agroindustrial principalmente. No entanto, verificou-se, também, que os grandes empregadores na região são, em ordem decrescente de importância, o setor de serviços privados, as prefeituras e o setor agroindustrial.

O território que abriga o “Distrito Agropastoril”, formado por municípios “antigos”, está ligado diretamente à presença histórica do gado bovino, principal atrativo para a ocupação inicial. As primeiras invernações e estâncias de luso-brasileiros foram responsáveis pela introdução da pecuária na região, atividade que se ampliou junto com a progressiva e ampla distribuição de sesmarias. Este distrito é semelhante aos sistemas produtivos dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, conhecidos como a “metade sul” e que se estendem por quase toda a região da *Campanha*. Nos últimos anos, esse distrito vem diversificando sua produção através da fruticultura, da expansão de áreas cultivadas com eucalipto para a produção de madeira e celulose.

O território que dá sustentação ao “Distrito Agrícola” tem mais de 80% de seus municípios com menos de 20 anos de emancipação política e tem a estrutura de um território rural com grande parte de suas áreas essencialmente rurais e agrícolas e que antes pertenciam

aos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Este distrito abriga mais da metade de toda a população rural da região e possui dois terços da sua população vivendo em áreas rurais, portanto, destacando-se a sua grande produção agrícola na região, principalmente a de tabaco, apesar de não ter nenhuma empresa de beneficiamento do produto em seus municípios.

Alguns setores industriais se destacam no “Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires”, com altos índices de concentração (QL), talvez iniciando a formação de um SPL especializado em alguns desses setores, com grande número de empregos formais gerados, embora com um número de empresas industriais ainda relativamente pequeno para que possa ser caracterizado como um distrito ou SPL especializado. Os setores industriais que vêm se destacando são os de vestuário, talvez o mais próximo de, futuramente, tornar-se um SPL especializado, calçados e eletrodomésticos.

O “Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul” é responsável por mais da metade do PIB e por mais de 70% da produção industrial da região VRP, caracterizando o distrito como o centro econômico e o grande gerador de empregos na região. Este distrito é determinado por uma dinâmica urbana fortemente apoiada no mercado de trabalho gerado pelas atividades ligadas ao setor de serviços, principalmente empregos gerados no setor de serviços, predominantemente aquelas no comércio varejista.

As variáveis chaves utilizadas neste trabalho, relacionadas com os mercados formais de trabalho locais (agrícolas, não-agrícolas, rurais e urbanos) e com a produção agropecuária, foram de grande utilidade para a determinação e caracterização dos diferentes sistemas produtivos (grupos) existentes dentro da região VRP e das articulações dos territórios com os seus sistemas produtivos. As variáveis relacionadas com os mercados de trabalho formais nos municípios foram representativas da qualidade e da mensuração das relações e da interface entre os mercados e as sociedades locais. As variáveis relacionadas com a produção agropecuária dos municípios refletiram as relações do mundo rural com o mercado e de grande parte das relações entre sociedade, natureza e poder econômico. O Quociente Locacional (QL) como medida da especialização dos territórios, embora estes fossem bastante diversificados, mostrou-se um bom identificador das principais estruturas econômicas e de algumas potencialidades da região, que foram as bases da tipologia dos SPLs. O QL “rural” que utiliza a produção agropecuária no lugar de empregos



formais pareceu ser uma forma capaz de demonstrar as potencialidades sócio-econômicas dos territórios rurais.

## **Os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) como Meta**

A origem do conceito de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) também está presente nos estudos realizados por Marshall (1992) sobre as vantagens das aglomerações de pequenas empresas de um mesmo sub-setor industrial para o desenvolvimento regional. O conceito tem como seus dois principais pilares os estudos das cadeias ou sistemas agroindustriais ligados à agricultura familiar e a abordagem dos SPLs. Sautier (2002) destaca a importância das interações entre cadeias agroindustriais e territórios, afirmando que a lógica das cadeias agroindustriais e a lógica territorial são inseparáveis.

Segundo Schneider (1999), o conjunto das relações sociais de trabalho e de produção, através das quais se dá a articulação da agricultura familiar com uma determinada indústria e integra um complexo sistema de relações multidimensionais, é o que constitui um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esses SPL, tanto em relação ao exterior como entre eles. Sautier (2002) e Muchnik (2002) propõem a noção de Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) em vez de simplesmente utilizar a noção de clusters/APL ou SPL do setor agro-alimentar porque os SIALs têm especificidades que os diferenciam significativamente dos outros SPLs.

Com base em Sautier (2002) e Muchnik (2002), as principais especificidades dos SIALs são: o papel específico dos bens alimentares, por serem os únicos que são literalmente incorporados pelos consumidores no ato de consumo, em vez de serem somente “utilizados” como os demais bens de consumo; a especificidade da matéria-prima produzida, pois a atividade agro-alimentar tem origem numa matéria-prima agrícola, viva, heterogênea, sazonal e perecível; a relação com o ambiente e com a gestão dos recursos naturais; e, por fim, a vinculação freqüente das atividades agro-alimentares, mais do que outras atividades produtivas com uma parte significativa do “saber-fazer” local (intransferível) e com os conhecimentos transmitidos por aprendizagem.

E ainda, é no ambiente local, dentro de um determinado território rural, onde interagem as instituições, as organizações sociais, as unidades familiares de trabalho e de produção (UFTTP), as empresas, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e

financeiros. A estruturação das unidades em torno de uma atividade comum implica a necessidade de uma acertada coordenação entre os atores. Embora esta coordenação possa ser simplesmente de caráter comercial, a condição de proximidade e de pequena escala implicam relações de confiança que podem ser mais ou menos fortes entre os diversos atores que formam o sistema (CORREA, 2004). Para isso, é necessário o desenvolvimento de instituições democráticas, representativas, transparentes e capacitadas, que possibilitem o planejamento com a participação dos atores locais. Além disso, é preciso que estejam presentes mecanismos de gestão que articulem o Estado e as Instituições com a economia e a sociedade local.

Em quase todas as definições de SIAL chama a atenção o destaque dado ao papel dos atores e/ou do capital social dentro desses sistemas. De acordo com Requier-Desjardins (1999), a definição de capital social reconhece tanto o seu componente social como o seu componente econômico. Assim, o capital social não se refere apenas às regras e normas empresariais e às relações de confiança e de amizade entre os indivíduos e as redes sociais, mas, também, às vantagens econômicas dos indivíduos obtidos através do capital social. Este rendimento é gerado pela troca de informações, conhecimentos, mão-de-obra ou outras formas de cooperação.

Assim, nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de fabricação dos produtos e as preferências dos consumidores, com a produção e a economia rural centrada na transformação e na comercialização de produtos vindos, predominantemente, de unidades rurais familiares de pequena escala. O conjunto das relações sociais de trabalho e produção é o que constitui um SIAL. Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esses sistemas produtivos locais (SPL), tanto em relação ao exterior como entre eles. Assim, procura-se mostrar que nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de fabricação dos produtos e as preferências dos consumidores, com a produção e a economia rural centrada na transformação e na comercialização de produtos, predominantemente, vindos de unidades rurais familiares e com uma pequena escala produtiva.

E ainda, o conceito de SIAL destaca o local, na forma de organização e no processo de desenvolvimento, e o papel dos atores dentro do sistema. Enquanto o desenvolvimento local corresponde à dimensão social do SIAL, implicando em melhores condições de vida, a forma de organização corresponde, além da localização das indústrias num determinado espaço geográfico, a processos históricos de

consolidação de uma população sobre um espaço físico. Esta população desenvolve relações culturais e de identidade com o território (CORREA, 2004).

Estes são os subsídios teóricos de sustentação de uma abordagem elaborada para se estudar as dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios rurais, sob uma perspectiva multidisciplinar. Dessa forma, espera-se que essa abordagem possa ser útil para ações e políticas que levem em consideração as diferentes dinâmicas territoriais (regionais ou locais) de desenvolvimento e que abram a possibilidade de participação democrática para todos os atores.

### **Perspectivas para o estudos do desenvolvimento rural**

Desde a segunda guerra mundial, as áreas rurais da maioria dos países capitalistas foram sendo estruturadas com base no modelo de desenvolvimento da agricultura que ficou conhecido como *modernização agrícola*. Este modelo se caracterizou pela tentativa de tornar a agricultura integrada e funcional ao modo de desenvolvimento fordista do sistema econômico capitalista, no qual o rural era considerado sinônimo de agrícola, por isso, sendo denominado de *rural-agrícola*. Se no período de modernização e expansão do fordismo na agricultura os sinais de bem-estar indicavam para o progresso industrial e a vida nas cidades, agora, com a crise da “modernização fordista”, já se verifica uma maior identificação com os valores tradicionais atribuídos à organização social dos territórios rurais.

Atualmente, no Brasil, nos debates sobre desenvolvimento rural e planejamento para o desenvolvimento das áreas rurais discute-se a necessidade da presença de organizações administrativas intermediárias, formais ou informais, entre os municípios e os estados da federação. Estas organizações teriam a tarefa de construir conjuntamente projetos estratégicos de desenvolvimento com a participação da sociedade local, das diferentes instituições e das três esferas de poder Estatal. Além disso, vêm sendo incluídas na pauta de discussão, as definições e conceitos de território rural e desenvolvimento territorial.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural, devido às suas características de “proximidade” geográfica e institucional, justifica a ação pública “local” ou “localizada” e sugere uma coordenação feita por atores e instituições. Certamente que em regiões periféricas, ou naquelas que poderiam ser consideradas “intermediárias”, a “consciência” da importância do rural acontece

junto com um processo tardio de desenvolvimento capitalista fordista. Neste início do século, esse processo chegou como resultado da onda de expansão do capitalismo mundial em direção às regiões com menores custos de produção, principalmente, pela utilização da força de trabalho e dos recursos ambientais. Junto com as transformações sócio-econômicas mais gerais, muitas características relacionadas com as instituições locais e as estruturas de produção familiar são determinantes das relações sociais de trabalho e produção e da ligação dos sistemas produtivos locais-regionais com o processo global de regulação e acumulação capitalista, principalmente por intermédio dos mercados de produtos agrícolas.

Com relação, especificamente, às dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, verifica-se que, com a crise do modelo fordista do capitalismo, se está redescobrendo os valores tradicionais locais atribuídos à organização social dos territórios rurais. Essa revalorização do local, a capacidade de organização e de pressão dos atores sociais e os resultados das políticas públicas reforçam a existência do rural formado por diferentes territórios rurais e diversificados *SPLs Rurais*.

Pode-se afirmar que a diferenciação dos componentes territoriais é resultado das combinações locais e regionais específicas entre a organização dos sistemas produtivos locais (*SPLs*), da estruturação e acumulação das economias familiares e da reprodução das condições de vida e da força de trabalho. A agricultura familiar tem sido apontada como tendo grande influência sobre as condições de funcionamento dos mercados de trabalho, atuando de forma complementar nos processos de ampliação e estruturação dos territórios rurais. A perspectiva territorial do desenvolvimento rural e a abordagem dos *SPLs Rurais* (*SIALs*, distritos rurais, industriais, agrícolas e agroindustriais) podem representar o ponto de partida para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

## Considerações finais

Com este trabalho, pretendeu-se apresentar um referencial teórico-metodológico e multidisciplinar que pudesse ser útil para o estudo da complexidade de respostas das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, para os instrumentos de políticas de desenvolvimento e para as formas de atuação pública nesses territórios rurais. Dessa forma, interpreta-se o desenvolvimento rural como um processo de mudança social com o objetivo de promover ações articuladas (locais e/ou endógenas) nesses territórios.

Assim, o território passa a ser considerado uma nova unidade de referência e mediação para as ações e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Verificou-se que as várias dinâmicas sócio-econômicas de desenvolvimento dos territórios rurais da região *Vale do Rio Pardo*, representadas e mediadas pelos seus *SPLs Rurais*, basicamente na forma de Distritos Rurais, podem combinar as potencialidades locais dos territórios com as oportunidades externas, em diversos graus de participação de cada uma. Estas vão desde as dinâmicas dos territórios formados por municípios com grande dependência do Estado (federal, estadual e prefeituras), em termos de renda e emprego, até dinâmicas de territórios formados por municípios com fortes relações de dependência dos mercados - locais, regionais, nacionais e/ou globais - de produtos e serviços agroindustriais. Estas são as formas de esses territórios rurais responderem aos recentes efeitos da reestruturação produtiva mundial e à regulação que dá sustentação a esse processo.

O estudo fundamentou-se no pressuposto generalizado atualmente entre os principais investigadores dos processos de desenvolvimento, tanto no Brasil como na Europa, que o conhecimento das contribuições do rural é essencial para a compreensão da diversidade e das origens dos processos de desenvolvimento dos territórios e da sua reprodução. Até mesmo nos ambientes urbanos, verificam-se traços rurais, uma vez que as relações rurais-urbanas se aprofundaram, sem que estes dois espaços perdessem suas principais características. Contraria-se, então, as previsões anteriores, ainda presente em alguns estudos contemporâneos, que afirmam que um processo de urbanização generalizada, acelerado pelas migrações rumo ao *urbano-industrial*, ou mesmo da formação de um *continuum rural-urbano*, que tenderia a homogeneizar estes dois espaços, levando a uma “urbanização” do espaço rural.

Por fim, é importante ressaltar que a abordagem territorial e multidisciplinar para o estudo do desenvolvimento rural facilita e, ao mesmo tempo, sugere a utilização do potencial local, o aproveitamento das oportunidades externas ao território e a superação definitiva da dicotomia rural-urbana. Tudo isso é importante para todos os estudos que buscam interpretar e descrever as diversificadas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão n° 702 – IPEA – Rio de Janeiro: 2000.
- BASILE E. & CECCHI C. **La trasformazione post-industriale della campagna. Dall'agricoltura ai sistemi locali rurali**. Torino, Rosenberg & Sellier. 2001.
- BECATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). **As Regiões Ganhadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Celta editores: 1994.
- BECATTINI, G.; RULLANI, E.. Sistema Local e Mercado Global, Notas Econômicas. **Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**, 6, 6-21. 1995.
- BECKER, Bertha. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério; SILVEIRA, Carmem (orgs.). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986, p.1-8.
- BECKER, Dinizar F.. **REDENEP: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional**. Lajeado: EDUNIVATES, 2000.
- BELLETTI, G.; BERTI, G.; BRUNORI, G.; MARESCOTTI, A.; ROSSI, A.. **Le Metodologie di Animazione per lo Sviluppo Rurale: l'esperienza del distretto della Maremma**. Laboratorio di Ricerche Economiche. Quaderno n.1. Novembro 2006.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.
- BENKO, G. & LIPIETZ, A.. O Novo Debate Regional. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). **As Regiões Ganhadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Celta editores: 1994.
- BERTI Giaime. **Il Distretto Rurale**. Università Cattolica di Piacenza LEL, Quaderno n. 97, settembre 2005.
- BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI S. (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 47-94.

BOYER, Robert. As alternativas ao Fordismo. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). **As Regiões Ganadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Celta editores: 1994.

BRUNORI, G. & ROSSI, A.. Differentiating countryside: Social representations and governance patterns in rural areas with high social density: The case of Chianti, Italy. **Journal of Rural Studies** 23, 183–205. 2007.

CAMPOLINA D. C.; SANTOS, F. & CROCCO, M.. **Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local** (Relatório de Pesquisa). Belo Horizonte: FACE/CEDEPLAR-UFMG, fevereiro de 2004.

CECCHI, Claudio. **Rural Development and Local Systems: The Case of the “Maremma Rural District”**. Tese de Doutorado. Department of City and Regional Planning. University of Wales. College of Cardiff. July 2001.

CIRAD-SAR. **Systèmes agro-alimentaires localisés: organisations, innovations et développement local**. Montpellier: CIRAD-SAR, 1996. (CIRAD-SAR, 134/96).

CORREA, Carlos Andrés. **Analyse Comparative de 9 Cas D’Agro-Industrie Rurale de L’Amerique Latine**. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines: setembro de 2004.

COURLET, Claude. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados(SIL). In **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 14, n.1, 1993.

IBGE ((Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal 2007**. Rio de Janeiro, 2007.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense na Década de 90**. Curitiba, 2003.

LACROIX A . & MOLLARD, A . L’Approche Sectorielle de La Régulation: une problématique à partir de l’agriculture. In: **La Grande Transformation de L’Agriculture**, G. Allaire e R. Boyer (ed.). INRA e Economica, 1995.

LIPIETZ, Alain. As relações Capital-trabalho no Limiar do século XXI. In **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 12, n.1, 1991.

MARSDEN, Terry. New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v.14, n.1, p.107-117, 1998.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural. 1992.

MORAES, Jorge L. Amaral de. **Dinâmicas Sócio-Econômicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) da Região Vale do Rio Pardo-RS**. Tese de Doutorado. Série PGDR – Tese nº 11. PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2008.

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, n. 16. p.407-419. 2000.

MUCHNIK, José. Les Systèmes Agroalimentaires Localisés: intérêt, approche, interrogations. **Exposé Introductif - Colloque SYAL**. GIS SYAL: Montpellier, outubro de 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In **Revista Estudos Avançados**, v. 16, no. 43. São Paulo: USP, 2001.

PAIVA, Carlos Águedo. **O que são Sistemas Locais de Produção**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/eeg/artigos/mesa%202%20Paiva.doc>. Acessado em 10/2002.

\_\_\_\_\_. Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região? **Documentos FEE**, n. 59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PECQUEUR, Bernard. Territoire, territorialité et développement. Industrie et territoire: les SPL. **Colloque IREPD**, Grenoble, outubro, 1992.

\_\_\_\_\_. Sistemas Industriais Localizados: o exemplo francês. In **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 14, n.1, 1993.

\_\_\_\_\_. Qualite et Developpment Territorial (II) L'Hypothese du Panier de Biens. **Symposium sur le développement régional, INRA-DADP**. Montpellier 11, 12 et 13 janvier 2000.

\_\_\_\_\_. **Le développement territorial : une nouvelle approche des processus de développement pour lés économies du Sud**.



Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier. Grenoble, 2004.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMMIER, Paulette. Systemes Productifs Locaux. **Colloque SYAL**, Montpellier, outubro de 2002.

REIS, José. **Os Espaços da Indústria: a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal**. Edições Afrontamento. Porto: 1992.

\_\_\_\_\_. Estado, instituições e economia: a despesa pública em Portugal, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 44, 25-58. 1995.

\_\_\_\_\_. Governança e Territórios na Europa: hipóteses sobre um sub-federalismo europeu. In: Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), **Ideias de Europa: Que fronteiras?** Coimbra, Quarteto Editora, 13-27. 2004.

\_\_\_\_\_. **Uma Epistemologia do Território**. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2006.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?**. Disponível em: <http://www.prodar.org/cd.htm>. 1999.

\_\_\_\_\_. **Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire: une approche par les “systèmes agroalimentaires localisés”**. Université de Versailles-Saint Quentin en Yvelines. CAHIERS DU C3ED, n° 02-01: junho, 2002a.

\_\_\_\_\_. Les systèmes agroalimentaires localizes en américa latine: un facteur de compétitivité de l’agro-industrie rurale sur des marches globalizes? In: **Économies et Sociétés**, Série “Systèmes agroalimentaires”, A.G., n° 25, 9-10, 2002b.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37.

SAUTIER, Denis. Eléments de Perspective. Séance Plénière Finale, **Colloque SYAL**. GIS SYAL. Montpellier: outubro, 2002.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. **Desarrollo Territorial Rural**. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SCHNEIDER, S. & TARTARUGA, I. G. P.. Do Território Geográfico à Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural. **Jornadas de Intercambio y Discusión: El Desarrollo Rural en su Perspectiva Institucional y Territorial**. Flacso, Argentina, Universidad de Buenos Aires/Conicet. 23-24 de junho de 2005.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.